



**CAMARA MUNICIPAL DE ARAGUATINS**  
**GABINETE DA AUTORIDADE COMPETENTE**  
**ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA**

(Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021)

1. Considerando estarem cumpridas as formalidades dispostas no artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do que consta nos autos, **AUTORIZO** a abertura do procedimento de contratação com a regras da legislação de regência, cujo objeto destina-se a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DA CAMARA MUNICIPAL DE ARAGUATINS - TO, INCLUINDO SEU ANEXO ADMINISTRATIVO, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES (ESTRUTURAL, ELETRICO, HIDROSSANITARIO, CLIMATIZAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO, ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO VISUAL), MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO DETALHADO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES E AS DIRETRIZES DA ADMINISTRAÇÃO.**
2. Ademais, deve ser objeto de atenção o comprometimento dos recursos do orçamento do exercício, com a utilização de dotação orçamentária compatível com o objeto da demanda e que tenha previsão orçamentária suficiente para cobrir a respectiva despesa
3. Via de regra administrativa, solicito que, logo após cumprida a instrução de autuação e confecção dos documentos pertinentes à fase interna, encaminhem os autos do

procedimento a Assessoria Jurídica para as providências cabíveis.

4. Não sendo hipótese de procedimento que obriga a análise jurídica dos autos, dê-se como conclusivo e junta-se justificativa pela não remessa ao respectivo órgão.
5. Caso a demanda seja processada com vista a obtenção de menor preço, deve ser observado a necessidade de juntada de Ato de Apuração, contendo dentre outras informações:


demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;  
comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;  
razão da escolha do contratado;  
justificativa de preço;  
Termo de homologação (Art. 71, § 4º da Lei 14.133/2021).

6. Submeta-se os autos ao PNCP, Portal da Transparência e, conforme o caso, proceda-se a alimentação dos sistemas do respectivo Tribunal de Contas, nos termos da instrução vigente.

ARAGUATINS - TO, Terça, 01 de julho de 2025

**AIRTON RODRIGUES GOMES, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE ARAGUATINS  
- TO**

Documento eletrônico assinado conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas ICP-Brasil, por:

 Signatário 937.\*\*\*.\*\*\*-\*\*- AIRTON  
rio(a): RODRIGUES GOMES  
Data e Hora: 01/07/2025 13:30:21



A autenticidade desse documento pode ser verificada através do QRcode ao lado ou pelo endereço <https://araguatins.to.leg.br/validar/documento/versao2/a3393858-6d5c-11ec-8ad0-cced4282c34f/2eead2f3-ba80-11f0-9008-66fa4288fab2>

